

1 CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

2 Criado pela Lei Municipal nº1767, de 11 de Junho de 1999,

3 Alterada pela Lei Municipal nº 2984, de 25 de abril de 2014.

1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**  
2 **POLÍTICAS SOBRE DROGAS, REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2.016 - GESTÃO**  
3 **2014/2016 – 22ª. AGO DA GESTÃO 2014/2016.**

4 Ao 29 dia do mês de julho de 2.016, reuniram-se às 09h00 horas em segunda chamada, em  
5 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, os Senhores Conselheiros do CONSELHO MUNICIPAL  
6 DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, convidados e munícipes, conforme assinaturas no Livro de  
7 Registro Presença e de Atas, nas dependências cedidas Casa de Participação Comunitária, sito na  
8 Av. Rei Alberto I, n. 119, após a Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos, conforme  
9 convocação para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 10 **1. Leitura e deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior;**  
11 **2. Relatos das Câmaras Setoriais;**  
12 **3. Relatos da Diretoria Executiva;**  
13 **4. Aprovação da criação da Câmara Financeira e escolha de seus membros;**  
14 **5. Assuntos Gerais.**

15 Assembleia foi iniciada com o vice-presidente agradecendo a presença de todos e apresentando o  
16 **item 1 de pauta - leitura e aprovação da ata da assembleia do mês anterior:** a colaboradora  
17 Luci Freitas pede correção à linha 30 em que falta seu nome. Sem mais, a ata foi aprovada por  
18 unanimidade. Seguiu-se então ao **item 2 da pauta - relatos das câmaras setoriais:** a colaboradora  
19 Luci fala sobre a reunião conjunta de câmaras e menciona o baixo quórum, ao que o vice-presidente  
20 Flávio Santana então propõe que as reuniões conjuntas de Câmara ocorram ao final das assembleias  
21 gerais a fim de finalizar o Plano Municipal de Ações sobre Drogas. Alguns membros do colegiado  
22 informam que teriam dificuldades em participar da reunião após as assembleias como a relatora  
23 Renata de Oliveira, que informou ter reuniões em seu local de trabalho às 11h30 às sextas feiras,  
24 como também da colaboradora Luci que considera que reuniões após as assembleias não seriam  
25 proveitosas. Ficou então mantida a reunião conjunta de câmaras em sua data habitual conforme  
26 convocação. Gênesis informa que o plano está bastante adiantado a seguir passou-se ao **item 3 de**  
27 **pauta - relatos da diretoria executiva:** o vice-presidente iniciou o relato citando o ofício nº  
28 063/2016 do gabinete do vice-prefeito, em resposta ao ofício nº 11/2016 - COMAD, requerendo  
29 informações prestadas pela Coordenadoria de Saúde Mental – COS-MENTAL, da Secretaria de  
30 Saúde de Santos. O vice-presidente fez a leitura do relatório e informou que o mesmo será enviado  
31 por e-mail ao colegiado. A conselheira Estela Prado, representante da secretaria de Assistência  
32 Social questiona a falta de leitos de internação para adolescentes e sugere a criação de um CAPS  
33 AD I – Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas, específico para o atendimento deste público.  
34 A colaboradora Luci lembra que houve moção requerendo tal equipamento na 10ª Conferência do  
35 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Dra. Sandra Chioro é  
36 então apresentada ao colegiado e chamada à mesa diretora para elucidar os presentes quanto ao  
37 relatório e sugere que o colegiado apresente suas dúvidas. Luci pede informações sobre a questão da  
38 criança e adolescente e a rede. Doutora Sandra informa que está em estudo a implantação do CAPS  
39 álcool e drogas infanto-juvenil e informa que no local haverá enfermaria psiquiátrica especializada  
40 no tratamento de transtornos psiquiátricos. Respondendo o questionamento referente ao ofício nº  
41 014/2016 - Conselho Municipal de Assistência Social feito pelo Sr. Carlos Solano referente à  
42 denúncia do Centro Espírita Benficiente 30 de Julho e foi deliberado o encaminhamento deste à  
43 Secretaria Municipal de Saúde para fiscalização da Missão Vidas Restauradas em Cristo Jesus. O  
44 **item 4 de pauta - aprovação da criação da Câmara financeira escolha de seus membros** foi

45 suspenso para encaminhamento à Câmara de legislação e definição dos membros na próxima  
46 assembleia. Passou-se então ao **item 5 de pauta - assuntos gerais**: a colaboradora Luci lamenta a  
47 falta de manifestações referentes à datas importantes à temática do conselho no Diário Municipal  
48 para publicização. A conselheira Luana Li Yi Ng pede o levantamento das faltas dos conselheiros  
49 seguindo o regimento interno e cita a importância da assiduidade dos membros do conselho na  
50 futura Câmara financeira. Cita também o seminário de boas práticas na prevenção de drogas e sua  
51 participação. Falou sobre o material que foi enviado ao colegiado via e-mail e a riqueza deste,  
52 apresentado pela dra. Zilda e cita pontos importantes da palestra ministrada por ela, como a não  
53 necessidade da participação de policiais e guardas na prevenção, relatos de ex dependentes podem  
54 ser perigosos pois aguçam a curiosidade dos jovens e a prevenção feita sem metas e objetivos, falar  
55 de forma intuitiva pode não surtir os efeitos desejados. A sargento da Polícia Militar Kátia informa  
56 que o trabalho da polícia militar nas escolas realizado através do PROERD - Programa Educacional  
57 de Resistência às Drogas, é requisitado pelas mesmas e Luci pede que o material do seminário seja  
58 disponibilizado no Portal dos conselhos. Décio Mardegan sugere publicidade da mensagem  
59 antidrogas. O vice-presidente então fala sobre pesquisa realizada em parceria com COMAD,  
60 UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, Ministério Público, Procuradoria e Prefeitura  
61 Municipal de Santos. Informou que 15 equipes visitaram um total de 300 estabelecimentos  
62 comerciais, sendo cada equipe formada com um adolescente de 14 a 16 anos, um condutor de  
63 veículo e um supervisor. Em cada local o jovem deveria comprar uma lata de cerveja. Os resultados  
64 desta pesquisa serão divulgados em breve. A Sra. Regina, colaboradora do conselho e membro do  
65 programa Coalizões Comunitárias salienta que haverá desdobramentos desta ação, como reunião  
66 com o proprietário do estabelecimento que vendeu bebida ao menor no momento da renovação do  
67 alvará de funcionamento para conscientização. O conselheiro Nicola Margiotta fala da necessidade  
68 do trabalho de conscientização com jovens maiores de idade que fornecem bebida aos menores.  
69 Sem mais, o vice-presidente Flávio Santana da Silva \_\_\_\_\_ encerrou a  
70 assembleia e eu, 2ª secretária Mariana Munayer, lavrei a ata.